



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 21ª reunião, realizada em 27 de setembro de 2018

1 Em 27 de setembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Guilherme Augusto
5 Duarte de Faria, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
6 Juliana Pereira Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de
8 Governo (Segov); Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência
9 Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura,
10 Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio Resende de Souza, da Empresa de
11 Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater);
12 Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
13 Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor Lopes
14 Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos
15 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
16 (Faemg); Guilherme Gonçalves Teixeira, da Federação dos Trabalhadores na
17 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio Eustáquio Vieira, do
18 Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral de Melo, da Universidade
19 Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional de
20 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1)**
21 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria
23 declarou aberta a 21ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3)**
24 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
25 Igor Lopes Braga: “Eu queria relatar um grave problema que vem assolando o
26 setor florestal e o próprio Estado, causando enormes prejuízos. O sistema Siam,
27 que as empresas precisam utilizar para emitir a GCA eletrônica e poder fazer o
28 transporte de carvão, volta e meia fica fora do ar. É um sistema on-line. As
29 empresas devem prestar as informações e retirar o documento para poder fazer
30 o transporte do carvão vegetal. Mas de tempos em tempos esse sistema fica
31 fora do ar, e as empresas ficam impossibilitadas de fazer o transporte do carvão
32 vegetal, e, conseqüentemente, as usinas ficam desabastecidas. E esse
33 problema é maior ainda quando chega perto do final de semana, quando não
34 tem nem plantão às vezes, a pessoa nem consegue achar alguém para orientá-
35 la do que fazer. O problema maior é que a resolução que rege a GCA eletrônica
36 não prevê um plano de contingência quando o sistema fica fora do ar para se
37 poder emitir via manual ou por outro meio, da mesma forma que acontece –

38 fazendo um paralelo – com o processo judicial eletrônico. Quando o advogado
39 tem um prazo a cumprir, e o sistema fica fora do ar, ele tem a possibilidade de
40 cumprir esse prazo depois demonstrando e conseguindo provar que o sistema
41 estava fora do ar e por isso ele não conseguiu cumprir o prazo. A AMS fez uma
42 proposta, já tem um tempo – e nós reafirmamos essa proposta na semana
43 passada, quando o sistema ficou fora do ar mais uma vez –, de criar uma
44 normativa para ter um plano alternativo quando o sistema ficar fora do ar. Eu até
45 entendo o empenho que a SEMAD vem tendo sobre isso e o IEF, mas, como é
46 questão de sistema, foge um pouco do domínio do IEF e da SEMAD. Mas eu
47 gostaria que pudéssemos avaliar uma norma para prever uma forma manual da
48 emissão da GCA, concedendo um prazo para o empregador, para depois lançar
49 as informações no sistema. Para não gerar esse tipo de paralisação e não parar
50 o Estado todo sobre essa questão.” Presidente Guilherme Augusto Duarte de
51 Faria: “Essa sugestão da AMS já foi encaminhada ao IEF e à SEMAD?”
52 Conselheiro Igor Lopes Braga: “Foi encaminhada duas vezes, na verdade. Nós
53 fizemos um ofício e encaminhamos na semana passada. Só deixar relatado que
54 essa é uma questão que acaba ficando até inaceitável parar de transportar por
55 questões alheias à sua vontade e não ter uma forma alternativa de poder fazer
56 isso.” Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Realmente, o IEF tem
57 ciência de que o Siam tem apresentado alguma instabilidade na emissão das
58 GCAs. Durante esta semana, houve problemas também. Inclusive, de uma
59 maneira muito assertiva, recentemente, o IEF, em conjunto com a SEMAD,
60 promoveu a substituição do antigo selo de origem florestal, aquele selo fixado
61 no pacote de carvão, pelo controle via GCA eletrônica também. Na verdade, é
62 um documento que vai permitir que toda atividade de fiscalização aconteça com
63 a mesma segurança, da mesma maneira. Só que, para o setor, é um
64 documento gratuito, um documento eletrônico, um documento mais célere.
65 Diminui a burocracia de ida e vinda com o setor e o órgão ambiental. Então, de
66 maneira muito assertiva, o órgão promoveu essa substituição, mas, de fato, nós
67 temos encontrado certa dificuldade quando o sistema apresenta essa
68 instabilidade exatamente na emissão da GCA. O que eu posso trazer de
69 antemão, sem conhecer a sua proposta, é que, de fato, o IEF tem se debruçado
70 na melhoria do sistema para que esses problemas sejam minimizados, digamos
71 assim, até que o sistema possa ser, de fato, substituído, por algo mais robusto e
72 confiável. É uma preocupação nossa porque enfrentamos isso diariamente,
73 internamente, e principalmente nos Regionais, e temos tentado superá-la. Mas
74 é um problema conhecido. Agora em relação à sua proposta, eu tenho
75 acompanhado esse processo de substituição do selo pela GCA eletrônica e
76 tudo mais, e vou procurar saber onde ela se encontra no órgão ambiental e ver
77 o que nós, de fato, podemos aproveitar, trazer e internalizar como sugestão de
78 melhoria.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Senhor presidente, esta é
79 a terceira vez que eu coloco o assunto aqui. Eu tenho sido procurado por
80 inúmeros colegas consultores, inúmeros empreendedores, no sentido de que a

81 implantação da DN 217, apesar de ser oportuna, ainda, na maneira de ver
82 deles, não conseguiu o objetivo desejado. Toda semana o FCE muda, nós
83 nunca conseguimos satisfazer e tentamos cada vez fazer uma bíblia de
84 respostas e perguntas e aquilo tudo, e a resposta vem: 'Sua solicitação foi
85 inepta'. Eu não vou nem comentar o que é 'inepta' aqui, porque já comentei, e o
86 colega Carlos Alberto falou para mim que isso é um termo usado. Mas o que eu
87 queria dizer é que houvesse, por parte da gestão superior, uma orientação no
88 sentido de que não fosse tão burocratizado. Porque existem casos em que oito
89 ou dez vezes depois que mandamos a documentação é que vem alguma coisa.
90 E às vezes nem é um LAC 1 ou LAC 2, é um LAS/RAS. LAS/Cadastro, por
91 incrível que pareça, mesmo sendo mais simples de fazer, a complicação
92 continua sendo grande. Eu gostaria que se lançasse em ata e que se
93 determinasse algum tipo de procedimento. Outro aspecto também que eu
94 gostaria de levantar: processos de outorga que estão levando no mínimo quatro
95 anos para terem a primeira análise. Quer dizer: como é que fica essa situação?
96 Porque, para o licenciamento sair, a documentação toda tem que estar
97 completa, senão não recebe. E um dos itens importantes da documentação são
98 os projetos de outorga. Então, nós gostaríamos de ver o que é possível a CAP
99 influenciar no sentido de tornar mais racional esse processo." Presidente
100 Guilherme Augusto Duarte de Faria: "Inicialmente, em relação a padronização
101 de procedimentos, principalmente decorrente da DN 217, da sua
102 implementação, que, de fato, trouxe uma nova realidade para o licenciamento
103 ambiental, na verdade, para a regularização ambiental em Minas, o que nós
104 temos visto internamente é, principalmente, um esforço muito grande da
105 Secretaria de Meio Ambiente em pegar aquele procedimento anterior em que
106 tínhamos vários FCEs diferentes e específicos para processos de Daias, às
107 vezes para processo de outorga, para processo de licenciamento e padronizá-
108 los. Principalmente nessa tentativa de implementação via sistema, que seria
109 esse novo sistema de licenciamento. Mas de toda forma eu vou levar essa
110 preocupação também para a direção geral do IEF para que apresente ao
111 secretário de Meio Ambiente uma oportunidade, um momento oportuno, e
112 também levar essa preocupação em relação a demora nas outorgas. Caso haja
113 um caso específico que possamos tentar solucionar, eu peço que sejam
114 avisados. Em relação a todo o passivo de outorga, nós reconhecemos que
115 realmente existe e que o IGAM, junto com a Secretaria de Meio Ambiente, tem
116 tentado resolver de maneira mais breve possível. Casos específicos e pontuais
117 que sejam realmente muito fora da curva, nós ficamos à disposição para que
118 possamos auxiliar na resolução." Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: "Na
119 verdade, os empreendedores, no final disso tudo, têm medo de serem punidos
120 com multas, porque o vai e vem é tão grande que às vezes se estende demais o
121 prazo. E eles ficam com medo de serem punidos. E muitas vezes eles querem
122 um empréstimo bancário, e o banco diz 'só com a licença na mão'. Então, fica
123 difícil, teria que olhar o lado deles também, não é só o lado legal." Presidente

124 Guilherme Augusto Duarte de Faria: “O nosso colega Yuri também trouxe uma
125 informação, conselheiro, e nós podemos disponibilizá-la para o senhor e para
126 quem mais desejar, sobre a Instrução de Serviço Sisema 01/2018, que traz os
127 procedimentos e sobre a padronização de procedimentos para aplicação da DN
128 217. Talvez já traga explicações a respeito dessa padronização de
129 procedimentos que o conselheiro porventura possa ter dúvidas e quem o cobra
130 também. Então, nós podemos disponibilizar por meio eletrônico para o senhor e
131 a quem mais desejar. Encontra-se disponível no site do Sisema, mas eu posso
132 pedir que seja enviada para o e-mail de todos os conselheiros.” **4) EXAME DA**
133 **ATA DA 20ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 20ª reunião da
134 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 30 de agosto de 2018.
135 Votos favoráveis: Segov, Ibama, Crea, Seapa, Mover, MAPA, AMS, Faemg e
136 Emater. Ausências: Fetaemg, Ufla e Seda. **5) ZONEAMENTO AMBIENTAL E**
137 **PRODUTIVO (ZAP).** **Apresentação: Secretaria de Estado de Agricultura,**
138 **Pecuária e Abastecimento (Seapa).** Amarildo José Brumano Kalil/Seapa fez
139 apresentação à Câmara da metodologia do Zoneamento Ambiental e Produtivo
140 (ZAP), desenvolvida pela Seapa conjuntamente com a SEMAD. **Debates.**
141 Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Obrigado, secretário Amarildo.
142 Realmente, um trabalho desse que promove, de fato, essa concertação entre
143 setor produtivo e setor de meio ambiente é o caminho mais adequado para que
144 consigamos esse desenvolvimento sustentável que tanto almejamos no Estado.
145 Então, meus parabéns pelo trabalho, pela condução do trabalho. Parabéns à
146 Secretaria de Agricultura e à Emater por esse trabalho. É papel nosso também
147 divulgá-lo e, de fato, utilizá-lo dentro do IEF, da SEMAD, da melhor forma
148 possível.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Amarildo, eu não te conhecia
149 pessoalmente, e o pessoal lá do Noroeste fala muito do seu empenho e
150 comprometimento com essa questão. Nós estamos elaborando agora,
151 começamos na semana passada, o ZAP da Bacia do Santa Isabel, em
152 Paracatu, que é a bacia onde estão os mananciais que abastecem a cidade. Eu
153 sou muito crítico ao que acontece na bacia, principalmente causado nas
154 propriedades dos pequenos produtores. Não por culpa deles, mas por culpa do
155 poder público. Porque o poder público tem utilizado a prefeitura. Os prefeitos do
156 município ao longo dos anos têm utilizado essas propriedades como ferramenta
157 para angariar votos para eles. O que eles fazem? Isso já é do conhecimento de
158 vários aqui. Eles têm aqueles programas de conservação de solo, não de
159 conservação, mas gradagem, horas de máquinas para proprietários, e não vou
160 nem falar de estrada rural. É uma empurração de terra geral, que sabemos dos
161 problemas. Eu tenho já falado várias vezes aqui, já falei na época em que o
162 Paulo Romano estava lá. Resumindo, isso é muito interessante, mas eu acho
163 que a base desse trabalho é um trabalho político no sentido de propor um pacto
164 na bacia. É o que eu estou dizendo lá em Paracatu. O Sebrae está elaborando
165 com algumas parcerias, e vai ficar em R\$ 118 mil, em uma bacia de 30 mil, 40
166 mil, 50 mil hectares, por aí. Lá tem uma APE dentro da área, tem um parque

167 estadual dentro da área. Se não tiver esse pacto, não vai adiantar nada, porque
168 a prefeitura continua empurrando terra nas estradas rurais, e os corpos d'água
169 tudo rebentado por causa das estradas. A maioria dos problemas são as
170 estradas e essas pequenas propriedades. Nós já sabemos. Isso que colocamos
171 no papel nós já sabemos há muitos anos. Então, eu acho que nas suas falas,
172 como uma pessoa comprometida, e dos técnicos da Seapa, tem que levar essa
173 ideia desse pacto dos municípios. Senão nós vamos ficar com mais um
174 programa que não vai ser utilizado porque o poder público – não estou falando
175 do Estado –, os governos municipais não têm comprometimento com essas
176 políticas. Então, eu não sei como podíamos tentar encaminhar isso. Mas é de
177 fundamental importância.” Amarildo José Brumano Kalil/Seapa: “É exatamente
178 para isso que nós construímos o ZAP, é para buscar esse pacto mesmo. O
179 problema é quando você não tem informações seguras. Como eu disse, não são
180 exatas, mas são seguras, porque vêm de fontes confiáveis. Imagine você com
181 os produtores, com os prefeitos, um grupo discutindo aquela bacia nessa tela. O
182 ZAP, eu sempre falo, você faz a pergunta, e ele te dá a resposta. ‘Quantos
183 quilômetros de estrada têm naquela região?’ Nós vamos lá e medimos: ‘Tem
184 tantos quilômetros de estrada’. Então, é uma ferramenta que possibilita fazer
185 esse pacto, ela foi criada para isso, com informações para que o grupo possa
186 tomar as melhores decisões. Essa é a ideia. E daí para frente fazer os projetos.
187 As estradas de que nós estamos falando, isso não é empurrar terra, nós
188 estamos falando das estradas que a Ruralminas chamava de ecológicas. Então,
189 fazer o abaulamento com cascalhamento e colocar as barraginhas. Eu chamo
190 esse programa paralelo de ‘enxurrada zero’, aquele programa que fala assim:
191 ‘Não chega uma gota de enxurrada dessa estrada lá no rio, toda a água que cai
192 nela vai para a barraginha e vai entrar por infiltração’. Esse é o princípio da
193 coisa, ‘enxurrada zero’. Falaram de recuperação de pastagem técnica, fazer
194 terraços onde precisar, fazer as barraginhas também. Então, é nessa lógica. Às
195 prefeituras, o que propomos? Já estamos tentando na Secretaria arrumar um
196 recurso pelo menos para custeio, para bancar o óleo, por exemplo. Eles já têm
197 as máquinas, já receberam. Toda prefeitura tem mais máquina. Disponibilizar
198 uma máquina para fazer esse trabalho, e nós, por exemplo, custearmos o óleo.
199 É esse tipo de parceria que estamos buscando. Mas você falou a palavra chave
200 que é ‘pacto’. Mas nós construímos uma ferramenta para garantir que esse
201 pacto seja feito da melhor forma possível e seja monitorado também, porque é
202 possível monitorar por meio dessa metodologia.” Conselheiro Fernando Antônio
203 de Souza Costa “Esse trabalho é muito interessante, eu fiquei fã dele, mas
204 gostaria de saber informação se você têm um levantamento de quantos atos já
205 foram feitos ou quantos estão em análise no Comitê e se a Seapa tem um
206 levantamento dos municípios que estão em conflito do uso hídrico para
207 desenvolvimento do processo produtivo agropecuário em Minas Gerais.”
208 Amarildo José Brumano Kalil/Seapa: “Esses números exatos eu não tenho de
209 cabeça, mas o ZAP deve ter hoje prontos uns 10 a 15, o que é muito pouco

210 ainda. E a questão da área, uso e conflito, no próprio site do IGAM tem o mapa
211 de todas as áreas que são declaradas de conflito pelo uso da água. Toda vez
212 que a demanda fica acima da disponibilidade o IGAM declara aquela área como
213 área de conflito. Então, o Estado já está todo mapeado, mas eu te garanto que
214 80% dessas áreas estão onde nós temos mais água, que é lá no Triângulo
215 Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste. Mas não é porque tem muita água, é
216 porque tem muito uso também. Por isso que tem o conflito. Na região onde tem
217 menos água, não tem conflito pelo uso, porque já não tem mesmo, como o
218 Norte de Minas. Eu não sei quantificar, mas digo que está concentrado, 80%, no
219 Noroeste, Alto Paranaíba e Triângulo. Alguma coisa no Sul, alguma coisa na
220 região metropolitana, mas por outros motivos, não é pela agricultura, e muito
221 pouco nas outras regiões do Estado. Mas isso é tudo mapeado e atualizado
222 constantemente pelo IGAM.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa
223 “Você está falando do Norte de Minas, que não tem o conflito porque não tem a
224 água. Mas essa metodologia deveria indicar quais as medidas que deveriam ser
225 adotadas naquelas bacias que estão sem água, para essa água retornar, e o
226 processo produtivo agropecuário ser permitido a essas pessoas que estão
227 envolvidas nessas questões de mudanças climáticas, além da história dos
228 conflitos hídricos dessas regiões que têm maiores problemas que o Norte de
229 Minas, que são Jequitinhonha, Mucuri.” Amarildo José Brumano Kalil/Seapa: “A
230 técnica para fazer isso e a tecnologia nós já temos, nós usamos em alto escala
231 na Bacia de São Francisco. Com a revitalização da Bacia, já fizemos 180
232 Bacias, entre as recuperadas, mas com implantação de algumas estruturas, que
233 são construção de terraços, proteção de nascentes, proteção de mata ciliar e
234 mata de topo, construção das barraginhas e conservação de estradas. O que
235 fazer nós já sabemos. Nós precisamos saber onde fazer e o quanto fazer. E o
236 quanto vai depender de quanto de recurso tem. Essa ferramenta vai ajudar em
237 quê? É exatamente dizer onde fazer. Se eu pegar essa bacia aqui, nós vamos
238 fazer nela toda? Seriam R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões. É uma escala meio fora
239 da nossa realidade atual. Então, é preciso priorizar. A ferramenta nos propicia:
240 ‘A região mais sensível, que mais precisa de trabalho, é aqui.’ Então, ela
241 permite que um grupo decida ‘nós vamos trabalhar na bacia tal, na sub-bacia
242 tal, nessas estradas aqui, nessas áreas’. Daqui mesmo você consegue fazer o
243 pré-projeto, o que já é o suficiente até para levantar o recurso, e depois você faz
244 o projeto executivo, se for necessário. Então, a metodologia permite nesse
245 nível. Em relação à quantidade de bacias feita, nós sabemos que isso é
246 simples, mas não é tão fácil assim, não é qualquer um que faz o ZAP. Nós
247 contratamos uma pessoa lá na Seapa agora exatamente para construir um
248 curso, um conteúdo de curso, para treinar técnicos para fazer o ZAP, para
249 conseguirmos ganhar a escala de que precisamos. Todo consultor técnico que
250 tiver interesse, cooperativa, qualquer organismo que tenha interesse de
251 construir ZAPs, digamos assim, em breve nós vamos ter um curso exatamente
252 para disseminar isso em grande escala.” Conselheiro Fernando Antônio de

253 Souza Costa “O que eu observei é que tem o custo do setor público, do
254 governo, e o custo do setor privado. Quando se está falando da recuperação de
255 pastagens, está envolvido diretamente com o produtor rural. Então, esse valor
256 de R\$ 65 milhões é muito alto pelo momento que estamos vivendo, mas de
257 repente se identifica que, por exemplo, para as estradas rurais, que são de
258 órgão público, nós precisamos de tanto para aquelas principais estradas dentro
259 daquela Bacia, e aí fica mais fácil de se levantar o recurso para um ato, para
260 uma ação que vai ter um retorno e benefício grande no trabalho daquela Bacia,
261 que é diminuir o conflito hídrico. Mas parabênizo, ainda mais quando você fala
262 de capacitar o maior número de pessoas na metodologia.” Conselheiro Enio
263 Resende de Souza: “Acrescentar que a Emater, em convênio com a Fundação
264 Banco do Brasil, trabalhou exatamente nessa questão que você falou. Nas
265 regiões com maior carência de água, nós fizemos o ZAP. Em Araçuaí, Brasília
266 de Minas e Porteirinha, municípios do Norte e Jequitinhonha, onde tivemos
267 exatamente essa perspectiva. Aplicamos o ZAP em três sub-bacias: Arco da
268 Velha, Paracatu e Fumaça. Três sub-bacias desses três municípios.
269 Exatamente com foco. O trabalho é um financiamento da Fundação Banco do
270 Brasil para conservação do solo e água. Então, através do ZAP, nós
271 identificamos os pontos críticos das estradas vicinais e onde esse ponto crítico
272 está próximo a um corpo d’água, uma nascente, um rio, e fizemos as
273 intervenções nesses trechos críticos exatamente que o ZAP. Um exemplo de
274 um trabalho que foi feito exatamente com esse foco que você falou, lugar que
275 não tem água, onde essa ferramenta poderia auxiliar na gestão da melhoria da
276 oferta de água.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Bom dia, mais uma
277 vez, secretário. Nós já estivemos reunidos com o senhor e a Secretaria, quando
278 o senhor nos apresentou parte do trabalho, e a Sociedade Mineira de
279 Engenheiros Agrônomos, ligada ao Crea, se colocou à disposição do senhor. E
280 eu gostaria de lhe perguntar o seguinte. Em parceria com os órgãos ambientais,
281 não seria interessante que o Crea se envolvesse nesse trabalho? Por que eu
282 estou dizendo isso? É porque ele tem tantas regionais no Estado,
283 representantes do Crea participam de todos os Comitês de Bacia. E eu queria
284 perguntar uma outra coisa para o senhor. Eu tenho a intenção de levar o ZAP
285 ao nível nacional, através da Confederação dos Engenheiros Agrônomos do
286 Brasil, através de treinamento de pessoal, em regime de chamamento público.
287 Eu vou tentar buscar recurso em termos de chamamento público. Levando para
288 o nível nacional, o que eu quero dizer é que todos os Estados interessados e
289 respectivas secretarias estaduais ambientais estaremos juntos nesse trabalho.
290 O senhor acha que já é possível começar o trabalho ou tem que ter um pouco
291 mais de experiência, ganhar um pouco mais de vivência aqui no Estado?”
292 Amarildo José Brumano Kalil/Seapa: “Quanto à primeira pergunta, da questão
293 de o Crea participar, eu não vejo nenhum problema. Nós temos que ver como
294 seria a participação. Mas todo e qualquer órgão que queira participar, para nós,
295 isso sempre reforça a consolidação da metodologia. Como estamos desde a

296 origem, nós queremos que ela se consolide e ande com as próprias pernas, não
297 fique dependendo de estarmos ainda estimulando fazer. Quanto à maturidade
298 de ela já ir para outro Estado, eu vejo que, sim, já é possível. Isso não começou
299 ontem, já tem sete anos que está sendo trabalhado. Então, já tem uma
300 experiência. ‘Mas está completo?’ Obviamente que não, há muito que se
301 melhorar. E cada vez que se aplica a metodologia os próprios técnicos vão
302 aperfeiçoando o trabalho. Então, ela vai ser uma eterna metodologia em
303 construção, mas já tem elemento suficiente para replicar. Essa é a metodologia
304 básica. Eu penso dentro de 3 a 4 meses – nós colocamos essa meta para a
305 nossa equipe – em estar com o concurso estruturado, com conteúdo, para
306 elaborar o ZAP. Mas já tem um curso EAD pronto na UFV, que é o uso do ZAP.
307 Pegar pronto e começar a desenhar aqueles quadros, pegar os dados. Esse já
308 está praticamente pronto. Para jogar para nível nacional, não está muito difícil, é
309 questão mais de articulação no nível nacional mesmo, que eu acho que a Smea
310 e o Crea, junto com suas coordenações, têm condições de fazer sem problema
311 nenhum. Nós nos colocamos à disposição para conversar e para buscar essa
312 articulação. Eu acho que seria muito interessante.” Conselheira Juliana Pereira
313 Cunha: “Complementando o que o secretário disse, o curso para utilização do
314 ZAP é mais simples, mais fácil de manusear. Já a questão da metodologia,
315 como fazer o ZAP, tem alguns requisitos, por isso tem que ser um curso mais
316 organizado, mais delimitado. Por isso que o secretário contratou uma pessoa
317 específica para trabalhar nesse sentido, porque precisa ter conhecimento de
318 geo. Então, temos que focar pessoas que possam ser mesmo instrumento para
319 saber como utilizar a metodologia. Agradeço muito ao secretário, porque o ZAP,
320 realmente, é incrível e precisa ser mais difundido. O secretário fala com muita
321 propriedade e muito entusiasmo. Então, eu gostaria que todo mundo replicasse
322 mesmo as informações do ZAP, e a Secretaria realmente está à disposição e
323 com esse caminho de difundir mais, principalmente para todo o Brasil mesmo.
324 Eu acho que é uma metodologia muito importante para a política ambiental
325 sustentável.” Presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Secretário, mais
326 uma vez, agradecemos pela presença, pelas palavras aqui, parabenizamos pela
327 iniciativa e a condução do trabalho que já vemos mais avançado. E deixamos
328 esta Câmara Agrossilvipastoril do COPAM e o COPAM à disposição como
329 fontes, de fato, de amadurecimento dessas discussões e de disseminação e
330 difusão dessas informações do sistema para que possa ganhar corpo e se
331 consolidar.” Amarildo José Brumano Kalil/Seapa: “Eu também agradeço a
332 oportunidade de estar aqui com vocês. Eu acho que é sempre importante,
333 porque o ZAP consolida o nosso pensamento de agricultura e meio ambiente
334 andarem juntos. O ZAP é uma ferramenta construída de forma conjunta para
335 que, de fato, nós possamos cumprir as nossas missões no meio ambiente, sua
336 missão de preservação e conservação do ambiente e dos recursos naturais, e
337 nós, agricultura, continuar produzindo alimento e energia, mas também
338 prestando serviços ambientais para a sociedade. O ZAP é simplesmente uma

339 ferramenta para nos ajudar a concertar sobre esse assunto, e consertar de
340 verdade porque os estragos foram feitos para trás, mas não foi por falta de
341 conhecimento. Aí estão as informações disponíveis, e nós nos colocamos à
342 disposição de todos vocês, a qualquer momento, para conversar mais sobre o
343 assunto. Muito obrigado pela atenção.” **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
344 **PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 6.1) Gilmar**
345 **Guareschi. Fazenda Colorado, Colorado II, São Miguel, Roça, São Jorge,**
346 **São Jorge II, Helena e Barriguda. Culturas anuais, excluindo a olericultura.**
347 **Buritis, Arinos e Unai/MG. PA 05115/2004/006/2014. Classe 5.**
348 **Apresentação: Supram Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos
349 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Emater, Ibama, Crea, Ufla,
350 Faemg, AMS, MAPA, Fetaemg, Mover, Seapa. Ausência: Seda. **6.2) Fabio de**
351 **Salles Meirelles. Fazenda São Bento. Boa Esperança. Horticultura.**
352 **Cabeceira Grande/MG. PA 11028/2004/001/2016. Classe 5. Apresentação:**
353 **Supram Noroeste.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
354 Único. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
355 favoráveis: Segov, Emater, Ibama, Crea, Ufla, Faemg, AMS, MAPA, Fetaemg,
356 Mover, Seapa. Ausência: Seda. **6.3) Siderurgia Santo Antônio Ltda. Fazenda**
357 **Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina,**
358 **Capim Pubo e Cachoeira. Produção de carvão vegetal de floresta plantada.**
359 **Arinos/MG. PA 14219/2012/001/2014. Classe 4. Conforme Lei nº 21972/16,**
360 **artigo 14, inciso III, alínea “b”). Apresentação: Supram Noroeste.** Licença
361 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com retificação da
362 produção média para “120.000 mdc/ano”. Votos favoráveis: Segov, Emater,
363 Ibama, Crea, Ufla, Faemg, AMS, MAPA, Fetaemg, Mover, Seapa. Ausência:
364 Seda. **6.4) Capivara de Minas Participações Ltda. Culturas anuais,**
365 **semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto**
366 **horticultura. São Gonçalo do Rio Preto/MG. PA 04839/2009/002/2016.**
367 **Classe 4. Conforme Lei nº 21972/16, artigo 14, inciso III, alínea “b”).**
368 **Apresentação: Supram Jequitinhonha.** Licença concedida por unanimidade
369 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Emater, Ibama, Crea,
370 Ufla, Faemg, AMS, MAPA, Fetaemg, Mover, Seapa. Ausência: Seda. **7)**
371 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DA**
372 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Saint Gobain Pam Bionergia Ltda. Produção**
373 **de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada. Bom Jardim de Minas/MG.**
374 **PA 08785/2011/004/2017. Classe 4. Conforme Lei nº 21972/16, artigo 14,**
375 **inciso III, alínea “b”). Apresentação: Supram Sul de Minas.** Licença
376 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:
377 Segov, Emater, Ibama, Crea, Ufla, Faemg, AMS, MAPA, Fetaemg, Mover,
378 Seapa. Ausência: Seda. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
379 serem tratados, o presidente Guilherme Augusto Duarte de Faria agradeceu a

380 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

381

382

APROVAÇÃO DA ATA

383

384

385

386

Guilherme Augusto Duarte de Faria
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris